



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

**GABINETE DA CORREGEDORIA
SETOR DE CORREIÇÃO/2015**

RELATÓRIO

**7º JUIZADO ESPECIAL FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, com
competência em matéria previdenciária.**

Juiz Federal Titular: DR. HUDSON TARGINO GURGEL

Juiz Federal Substituto: VAGO.

Partindo de levantamentos realizados no questionário de Autoinspeção, bem como nas informações da última correição e nos mapas estatísticos disponíveis na Seção Judiciária, realizou-se, no período de 08 até 12 de junho de 2015, a correição ordinária eletrônica do 7º Juizado Especial Federal do Rio de Janeiro, em decorrência da qual seguem as seguintes Recomendações, que devem ser analisadas e transformadas em ações concretas, em prazo razoável, tendo em vista a superação da realidade constatada:

RECOMENDAÇÕES:

1. Observar a correta classificação do tipo das sentenças no corpo do texto e também no sistema Apolo, de forma a evitar a classificação como “vazias”.
2. Verificar os processos remetidos a órgãos externos com prazo vencido.
3. Regularizar, no que couber, o lançamento da fase 18 no sistema Apolo, considerando que o mapa estatístico apontou 875 processos com tal fase não informada.
4. Verificar o cadastro de bens apreendidos/acautelados, para que conste a localização dos mesmos.

Considerando as recomendações supra, deverá ser encaminhado à Corregedoria, no prazo de 30 (trinta) dias, relatório das providências implementadas.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

→ PARTICIPAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL E DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL

De acordo com a Portaria PR-RJ n.º 567, de 20/05/2015, a Procuradora da República Dra. Maria Cristina Manella Cordeiro foi designada para acompanhar os trabalhos desta correição, sem que, todavia, tenha comparecido pessoalmente na sede desta Corregedoria para tanto.

Não houve, por outro lado, designação de representante da Ordem dos Advogados do Brasil/RJ.

Já a Defensoria Pública da União no Rio de Janeiro, apesar de instada a participar das correições ordinárias, com críticas e sugestões, respondeu através do Ofício n.º 99 - DPU RJ/SECGABDPC RJ, de 27/05/2015, que está impossibilitada de fazê-lo, em razão de graves deficiências de ordem material e pessoal.

→ ATUAÇÃO DOS JUÍZES

(Resolução n.º 01/2008, art. 7º, CJP e Resolução n.º 26/2009, art. 1º, TRF da 2ª Região, alterada pela Resolução n.º 16/2010, TRF 2ª Região)

Titular: Dr. Hudson Targino Gurgel, em exercício desde 20/03/2013.

Substituto: Não há.

De acordo com o questionário de autoinspeção, “até a presente data este Juízo não conta com o auxílio de Juiz Substituto. Em que pese a designação da Dra. Wanessa Carneiro Molinaro Ferreira como Juíza substituta deste Juizado, a magistrada encontra-se no exercício da titularidade do 6º Juizado Especial do Rio de Janeiro.”

Fonte: Questionário de Autoinspeção (item 1.2 e 3.1).

→ ORGANIZAÇÃO (artigos 107 a 112 da CNCR)

Total de Servidores: 14



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Analistas Judiciários: 07

Técnicos Judiciários: 06

Técnico Judiciário/Agente de Segurança: 01

Auxiliar Judiciário: 00

Estagiários: 04

Fonte: Questionário de Autoinspeção, item 2.1

→ **ACERVO (artigos 32 a 36 da CNCR):**

Acervo 1ª Instância e Juizados	Correição/2013	Correição/2015
Total	2.528	1.258
Suspensos	86	04
Tramitação ajustada	2.442	1.254

Fonte: Relatório da Correição de 2013 e Mapas - Movimentação Processual da 1ª Instância/Juizado Especial Federal, constantes do módulo Secretaria, no relatório de Estatística de Processos Distribuídos, do Sistema Apolo, relativo período de 06/2015 a 06/2015, extraído em 01/06/2015.

→ **ATOS PROCESSUAIS INTIMADOS (art. 181 da CNCR)**

Total de atos processuais intimados (01/12/2014 a 31/05/2015):

Despachos: 3.826 (Tempo médio de conclusão/intimação: 02 dias)

Decisões: 3.146 (Tempo médio de conclusão/intimação: 02 dias)

Sentenças: 1.960 (Tempo médio de conclusão/intimação: 05 dias)

Fonte: Planilha Apolo Excel – Intimados, extraída em 01/06/2015.

→ **METAS DO CNJ**



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

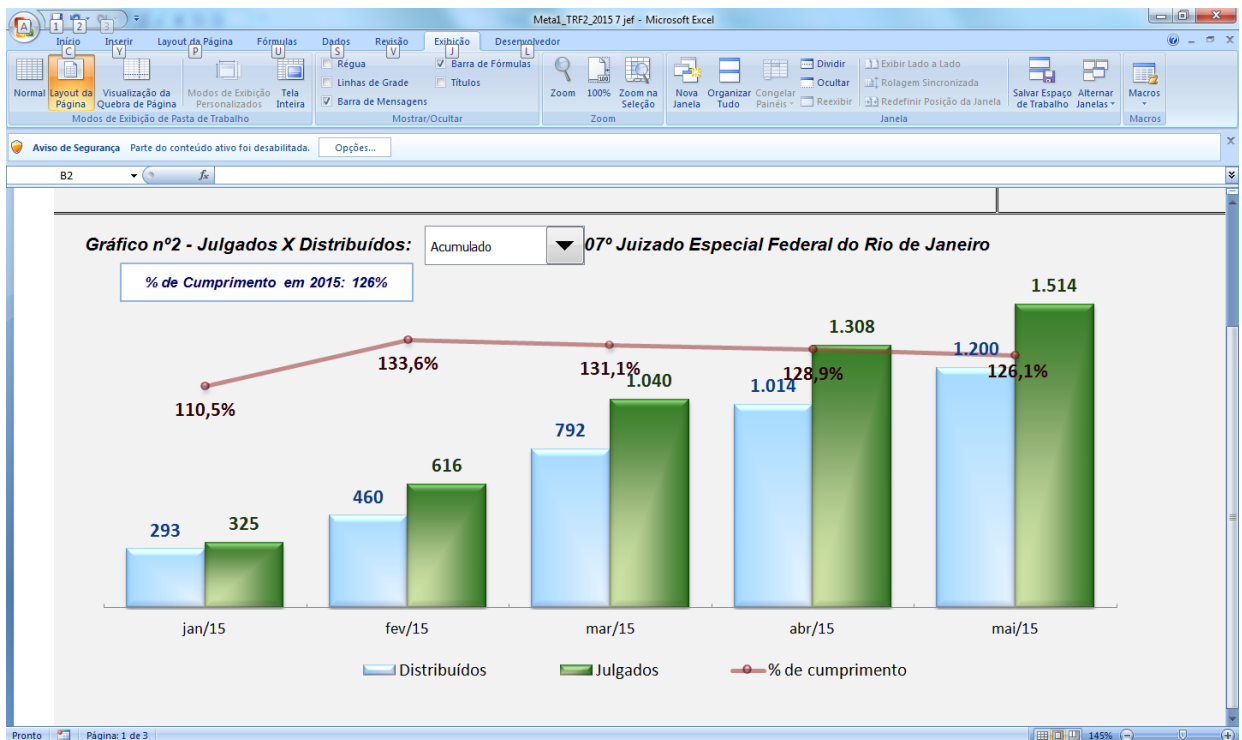
(Resoluções CNJ nº 70 de 18/03/2009 e nº 198, de 01/07/2014, e Metas 2015 e 2014, estabelecidas no VIII e VII Encontros Nacionais do Judiciário).

Metas Nacionais para 2015 aprovadas no VIII Encontro Nacional do Judiciário

I – META 1/2015: Julgar mais processos que os distribuídos

(Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente).

De acordo com o gráfico obtido do Portal de Estatísticas da 2ª Região, extraído em 01/06/2015, verifica-se que, no juízo correccionado, o **percentual de cumprimento da meta foi de 126%**, como ilustra o gráfico a seguir:



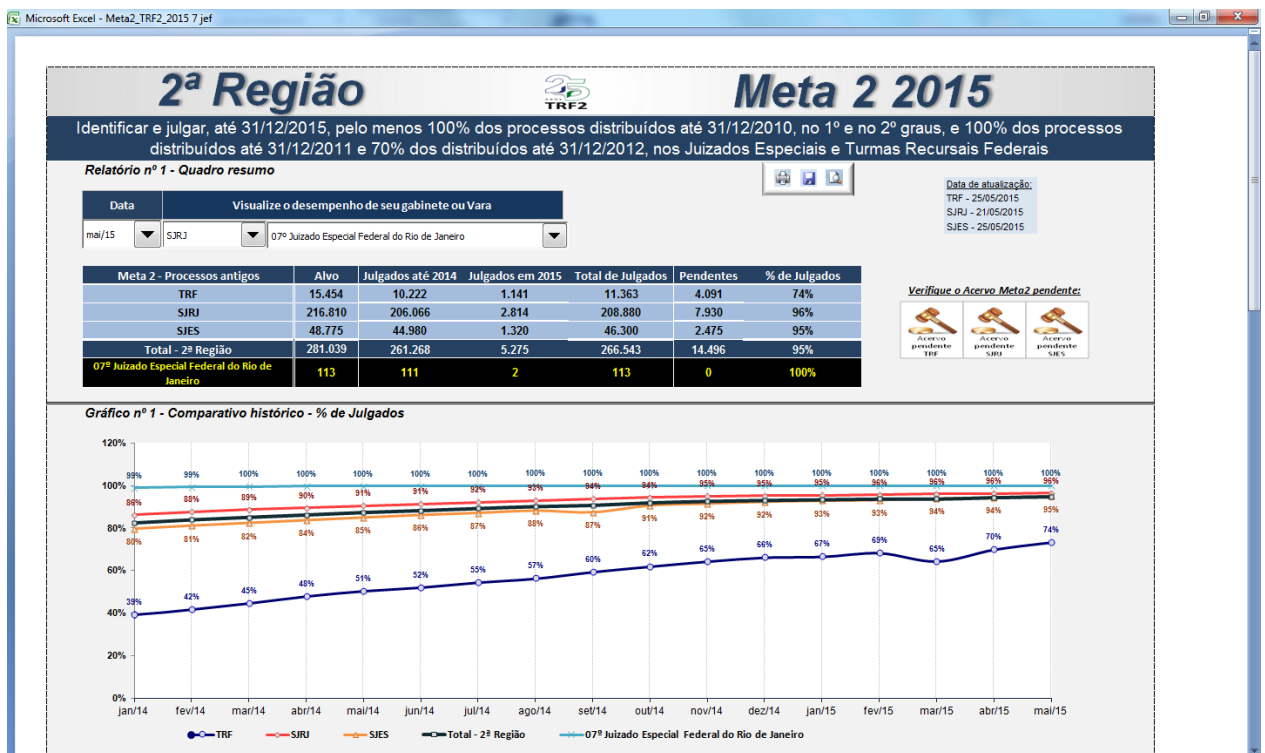
II – META 2/2015: Julgar processos mais antigos



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Na Justiça Federal, 100% dos processos distribuídos até 31/12/2010, no 1º e no 2º grau, e 100% dos processos distribuídos até 31/12/2011 e 70% dos processos distribuídos até 31/12/2012, nos Juizados Especiais e Turmas Recursais Federais.

Situação: De acordo com o gráfico obtido do Portal de Estatísticas da 2ª Região, extraído em 01/06/2015, constam **00** processos pendentes de julgamento, como ilustram os gráficos a seguir:





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO



Fonte: Mapas extraídos do Portal de Estatísticas 2ª Região, link CNJ, de 01/06/2015.

III – META 03/2015: Aumentar os casos solucionados por conciliação.

(Justiça Federal: Aumentar o percentual de casos encerrados por conciliação em relação ao ano anterior).

Não se aplica.

IV – META 4/2015: Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa (STJ, Justiça Federal, Justiça Estadual e Justiça Militar da União e dos Estados)

(Identificar e julgar até 31/12/2015: Na Justiça Federal, pelo menos 70% das ações de improbidade administrativa distribuídas até 31/12/2013).

Não se aplica.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

V – META 5/2015: Impulsionar processos à execução (Justiça do Trabalho e Justiça Federal).

(Baixar em 2015: Na Justiça Federal, quantidade maior de processos de execução não fiscal do que o total de casos novos de execução não fiscal no ano corrente.)

Não se aplica.

VI – META 6/2015: Priorizar o julgamento das ações coletivas (STJ, Justiça Estadual, Justiça Federal e Justiça do Trabalho)

(Identificar e julgar, até 31/12/2015, as ações coletivas distribuídas: Na Justiça Federal, até 31/12/2012, no 1º grau, e até 31/12/2013, no 2º grau)

Não se aplica.

VII – METAS ESPECÍFICAS PARA 2015:

Julgar quantidade maior de processos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente.

Não se aplica.

Identificar e julgar até 31/12/2015, pelo menos 70% das ações penais e recursos vinculados aos crimes relacionados à improbidade administrativa, ao tráfico de pessoas e ao trabalho escravo distribuídas até 31/12/2013.

Não se aplica.

Fonte: Mapas extraídos do Portal de Estatísticas 2ª Região, link CNJ, de 01/06/2015.

**➔ AUDIÊNCIAS (DE 01/12/2014 a 31/05/2015)
(Art. 35, I, CNCR)**



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

1. TOTAL: 82 AUDIÊNCIAS DESIGNADAS, sendo a primeira de 03/12/2014 e a última de 28/05/2015.

2. AUDIÊNCIAS REALIZADAS MENSALMENTE:
 - . Dezembro/2014: 07
 - . Janeiro/2015: 08
 - . Fevereiro/2015: 17
 - . Março/2015: 15
 - . Abril/2015: 16
 - . Maio/2015: 19

Mapa: Agenda de Audiências - módulo Consultas e Relatórios, do Sistema Apolo, extraído em 01/06/2015.

→ PROCESSAMENTO DE FEITOS

1. INICIAIS/RECEBIMENTO DA DENÚNCIA: (Artigos 305 a 316 da CNCR)

De acordo com consulta no Sistema Apolo, existe um local virtual denominado “Iniciais 2”, com um documento pendente de análise, de n.º 0051431-26.2015.4.02.5151, com data de entrada de 01/06/2015, às 15:35.

Fonte: Consulta ao Sistema Apolo – módulo Secretaria – Locais Virtuais (Autorização de Usuário), em 01/06/2015, às 17:17.

1. BALCÃO DE ENTRADA

Total de 06 documentos, sendo o mais antigo de 01/06/2015.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Fonte: Sistema Apolo – módulo Secretaria e Locais Virtuais (Autorização de Usuário). **Posição em 01/06/2015, às 17h18.**

2. SISTEMÁTICA DE VERIFICAÇÃO DE PREVENÇÃO:
(Artigos 305 a 317 da CNCR)

De acordo com o questionário de autoinspeção, “*os autos dos processos são instruídos com certidão resumida e elucidativa acerca da demanda indicada como preventa, e despachados no menor tempo possível (em média 72h), sobretudo se for o caso de redistribuição dos autos e/ou pedidos de tutela de urgência.*”

Analizados os locais virtuais existentes no órgão correccionado, não se encontrou nenhum endereço eletrônico específico para as prevenções.

Fonte: Questionário de Autoinspeção, item 3.9.1 e Locais Virtuais (Autorização de Usuário). **Posição em 01/06/2015.**

3. TOTAL DE PROCESSOS CONCLUSOS COM PRAZO VENCIDO:
(Arts. 227 da CNCR).

- a. P/ DESPACHO HÁ MAIS DE 30 DIAS: 00
- b. P/ DECISÃO HÁ MAIS DE 60 DIAS: 00
- c. P/ SENTENÇA HÁ MAIS DE 180 DIAS: 00

Fonte: Questionário de autoinspeção (item 3.3.1.b) e Mapa - Planilha Apolo Excel – Conclusos, **Posição em 01/06/2015.**



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

**4. TOTAL DE PROCESSOS SEM MOVIMENTAÇÃO (PARADOS):
(Arts. 228 da CNCR).**

- a. ENTRE 31 E 60 DIAS: Consta **01** processo, de n.º 00433395920154025151, com último movimento de juntada, em 06 de maio de 2015.
- b. HÁ MAIS DE 60 DIAS: 00

Fonte: Questionário de autoinspeção e Mapa - Planilha Apolo Excel – Parados - consulta ao Sistema Apolo – módulo Secretaria, **posição em 08/06/2015.**

**5. DOCUMENTOS PENDENTES DE JUNTADA
(Arts. 180 e 318 da CNCR).**

Aguardando juntada, em 01/06/2015, constam **02** documentos, sendo o mais antigo de fev/2015, petição n.º 2015.7162.001402-1, referente ao processo n.º 00755572920044025151.

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Petições, extraído em 01/06/2015.

**6. VERIFICAÇÃO DE EXISTÊNCIA DE CONTROLE DE PRAZOS
JUDICIAIS: (Arts. 42, § 2º, e 227 e 228, da CNCR).**

Foram verificados os seguintes locais de controle de prazo:

. Virtuais:

AG. TRÂNSITO EM JULGADO (com 72 processos, sendo o mais antigo de 13/05/2015, de n.º 0044284-02.2015.4.02.5101).



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

AGUARDANDO ACESSO (com 126 processos, sendo o mais antigo de 25/05/2015, de n.º 0182027-35.2014.4.02.5151).

DEVOLUÇÃO DE MANDADO/OFFÍCIO/CARTA PRECATÓRIA (com 33 processos, sendo o mais antigo de 25/05/2015, de n.º 0501074-82.2015.4.02.5151).

PRAZO (com 541 processos, sendo o mais antigo de 25/05/2015, de n.º 0017715-08.2015.4.02.5151).

PROCESSOS AG. LAUDO (com 94 processos, sendo o mais antigo de 15/05/2015, de n.º 0040012-09.2015.4.02.5151).

De acordo com o questionário de autoinspeção:

“Identificação dos locais virtuais destinados à conclusão, expedição em geral, em especial RPV e Precatórios; iniciais/prevenção; feitos suspensos, bem como as mesas virtuais dos juízes. O Juízo observa a determinação em tela. Foram criados os seguintes locais virtuais para os fins acima determinados: Conclusão: “INICIAIS 1”, “INICIAIS 2”, “PROCESSAMENTO 1”, “PROCESSAMENTO 2” E “GABINETE- PROCESSAMENTO”; Expedição: “EXPEDIÇÃO - MANDADOS”, “EXPEDIÇÃO REQUISITÓRIOS/PRECATÓRIOS”, “EXPEDIÇÃO - OFFÍCIOS/CARTAS”; Feitos suspensos: “SUSPENSOS - AG. DEPÓSITO PRECATÓRIO”; “SUSPENSOS - AG. JULGAM. MS NAS TURMAS”; “SUSPENSOS - STJ - AGUARDANDO JULGAMENTO”, “SUSPENSOS - TRF 2 REGIÃO – AG JULGAMENTO” e “SUSPENSOS (PROCESSOS)”; Mesa do Juiz: MESA DR. HUDSON 7º JEF.

Fonte: Apolo – Consulta de locais virtuais, posição em 01/06/2015, às 18h15, e questionário de autoinspeção, p. 18.

7. CUMPRIMENTO DE ORDEM (OFFÍCIOS, MANDADOS, ALVARÁS, RPVS, ETC):



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Foram verificados os seguintes locais virtuais:

EXPEDIÇÃO – MANDADOS (com 00 documentos).

EXPEDIÇÃO – OFÍCIOS/PRECATÓRIO/ALVARÁ (Com 04 documentos, sendo o mais antigo de 21/05/2015, de n.º 0106512-91.2014.4.02.5151).

EXPEDIÇÃO – REQUISITÓRIOS (com 01 documentos, sendo o mais antigo de 01/06/2015, de n.º 0017518-87.2014.4.02.5151).

De acordo com o questionário de autoinspeção:

“Verificação da existência de controle de prazos judiciais em relação à expedição e juntada de mandados. As juntadas de mandados, a exemplo das demais petições, são efetivadas em até três dias, contados a partir do sua remessa ao Balcão de entrada do 7º/JEF. As expedições são feitas em até 7 (sete) dias, contados da determinação judicial.”

Fonte: Consulta ao Sistema Apolo – módulo Secretaria. – Locais Virtuais (Autorização de Usuário), **posição em 01/06/2015, às 18h23**, e questionário de autoinspeção, p. 18.

8. PROCESSOS EM SEGREDO DE JUSTIÇA:
(Art. 189 da CNCR)

- a. Total: 00
 - i. Segredo absoluto: 00
 - ii. Segredo do Sistema: 00
 - iii. Segredo de Peças: 00

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Segredo de Justiça, extraído em 01/06/2015 (sem dados a relatar).



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

9. PUBLICAÇÕES:
(Art. 181 da CNCR).

- a. Total de processos publicados: 6.141
(de 01/12/2014 a 31/05/2015)
- b. Total de Boletins: 96
- c. Média de processos/boletins: 63,97 processos.
- d. Tempo médio de dias/publicação: 4,99 dias.

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Publicações, extraída em 01/06/2015, ref. **Período: 12/2014 a 05/2015.**

10. PROCESSOS COM REMESSA EXTERNA

Constam **02** processos com prazo vencido, na seguinte situação:

Processo	Destino	Data de Remessa	Data final do prazo	Dias vencidos
00050192320044025101	INSS	15/05/2015	08/06/2015	02
00272303820134025151	DPU	13/05/2015	03/06/2015	07

Fonte: Apolo – Secretaria - Estatística de processos remetidos, extraído em 10/06/2015, referente ao período de 01/01/1900 a 31/05/2015.

11. SUSPENSÃO DE PROCESSOS (Art. 228, p. único, CNCR):

- a) Total de processos suspensos (em 01/06/2015): 04
- b) Motivo da suspensão:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

- . OUTROS – FASE/PROCESSO EXECUÇÃO: 01
- . AGUARDA DECISÃO DE INSTÂNCIA SUPERIOR: 02
- . OUTROS – FASE CONHECIMENTO: 01

c) Análise dos processos:

De acordo com o mapa extraído do Apolo-Excel, em 01/06/2015, verificou-se que são lançadas corretamente as informações sobre o motivo da suspensão no sistema Apolo, conforme previsão legal e regulamentar (artigos 267 a 269 da Consolidação das Normas da Corregedoria-Regional, Provimento n.º 11/2011), com base nas respectivas decisões fundamentadas, nos processos a seguir:

- . OUTROS – FASE/PROCESSO EXECUÇÃO: 01

00402738620064025151

- . AGUARDA DECISÃO DE INSTÂNCIA SUPERIOR: 02

01321005620144025101

00194129820144025151

- . OUTROS – FASE CONHECIMENTO: 01

00322553220134025151

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Suspensos, extraída em 01/06/2015 e consultas ao Sistema Apolo – módulo Secretaria, em 02/06/2015.

12. SENTENÇAS

(Res. 535/2006 do CJF e arts. 219 a 221 da CNCR)

Total (de 01/12/2014 a 31/05/2015): 1.960

- a. Convertidas em diligência: 29
- b. De expediente: 01



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

- c. Determina intimação: 01
- d. Embargos de declaração:
 - i. Acolhidos: 17
 - ii. Acolhidos em parte: 01
 - iii. Não conhecidos: 04
 - iv. Rejeitados: 20
- e. Resolução de mérito:
 - i. Conciliação/transação: 08
 - ii. Condenatória: 04
 - iii. Improcedente: 297
 - iv. Improcedente – dispensada citação: 427
 - v. Procedente: 284
 - vi. Procedente em parte: 66
 - vii. Reconhecida prescrição/decadência: 26
 - viii. Procedente com tutela deferida: 243
 - ix. Procedente em parte com tutela deferida: 74
 - x. Procedente em parte com tutela def. parcialmente: 01
- f. Sem resolução de mérito: 371
- g. Sem resolução de mérito – desistência da ação: 10
- h. Sem resolução do mérito – indeferimento de inicial: 22
- i. **Vazias: 76**

13. REGISTRO E CLASSIFICAÇÃO DE SENTENÇA

Nos processos consultados, por amostragem, no sistema Apolo, não foram encontradas irregularidades na classificação das sentenças proferidas, listados a seguir:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

. Sentenças Tipo A (Fundamentação Individualizada):

0016154-80.2014.4.02.5151
0016457-94.2014.4.02.5151
0014809-79.2014.4.02.5151
0018007-27.2014.4.02.5151
003821-96.2014.4.02.5151

. Sentenças do Tipo B1 (Homologatórias de Acordo):

0155986-31.2014.4.02.5151
0182027-35.2014.4.02.5151
0166725-63.2014.4.02.5151
0158268-42.2014.4.02.5151

Obs.: No processo n.º **0181152-65.2014.4.02.5151**, embora a sentença tenha sido classificada no sistema como tipo B1 – homologatória de acordo, no corpo do texto consta a classificação “tipo B2”.

. Sentenças Tipo B2 (Repetitivas - Padronizadas):

0019506-46.2014.4.02.5151
0018842-34.2015.4.02.5101
0018577-76.2015.4.02.5151
0016206-42.2015.4.02.5151
0025489-89.2015.4.02.5151

. Sentenças Tipo C (Sem Julgamento do Mérito):

0000579-51.2015.4.02.5101
0005605-30.2015.4.02.5101
0005413-44.2015.4.02.5151
0005219-44.2015.4.02.5151
0000722-84.2015.4.02.5151



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Intimados, extraída em 01/06/2015, Estatísticas de Sentenças – Analítico - Juizado, extraída em 02/06/2015, e consultas ao Sistema Apolo – módulo Secretaria, em 02/06/2015.

14. CRITÉRIOS DE JULGAMENTO (PREFERÊNCIAS LEGAIS):
(Art. 217 da CNCR):

De acordo com o questionário de autoinspeção: *“Além daqueles com preferência legal o juízo está prolatando sentenças, basicamente, utilizando o critério da data mais antiga de conclusão para sentença, atrelado ao ano de distribuição do feito; concomitantemente, profere sentenças em causas cujo assunto seja repetitivo ou que não demande maior complexidade (e.g., sentenças homologatórias).*

Fonte: Questionário de Autoinspeção (itens 3.14 e 3.15.2).

15. EXECUÇÃO (art. 333 da CNCR)

Fase 18:

Informada em 358 processos, em 02/06/2015.

Não informada em **875** processos.

Fonte: Portal de Estatísticas da 2ª Região – Acervo - Execução de Sentença, extraído em 02/06/2015.

16. REQUISIÇÕES DE PAGAMENTO – RPV E PRECATÓRIO
(Art. 217, II, da CNCR)

a. Total de requisições (de 01/12/2014 a 31/05/2015): 1.544



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

b. Tempo médio entre o último julgamento e o total de requisições enviadas: 108 dias.

- RPV Juizado Especial: 1.494

. Cadastrados: 81

. Enviados: 1.413

- Precatórios (Parcela única): 50

. Cadastrados: 03

. Enviados: 47

- Precatórios Parcelados: 00

Sobre o intervalo médio entre o início da execução e a requisição de pagamento, de acordo com o questionário de autoinspeção: *“A resposta ao presente item é variável, em razão da demora por parte do INSS em cumprir as determinações judiciais. Levando-se em conta a necessidade de reiteração das determinações para implantação/apresentação de planilhas de atrasados, podemos estimar a média de 90 (noventa) dias. Esclareça-se que este Juízo vem elaborando os cálculos menos complexos, fato que vem otimizando a fase de execução.”*

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Precatório e RPV, extraído em 01/06/2015, ref. ao período de 01/12/2014 a 31/05/2015, e questionário de autoinspeção, item 3.4.3.

**→ BENS ACAUTELADOS/APREENDIDOS
(Resolução CJF n.º 428, de 07/04/2005)**

Constam 02 cadastros de bens apreendidos/acautelados, da seguinte forma:

00011390820134025151 - Descrição do bem: *“CARTA PRECATÓRIA CTA.5107.000004-2/2014, contendo 119 folhas e CD com a gravação da audiência de instrução e julgamento realizada na Seção Judiciária de São João Del Rey”*. Data: 28/11/2014. Localização: Secretaria do 7º Juizado Especial



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Federal – Avenida Venezuela. O processo encontra-se, atualmente, remetido para a 7ª Turma Recursal, para julgamento de recurso, desde 09/03/2015.

01815570420144025151 – Descrição do bem: “*carteira de trabalho n° 49318 série 314, carteira de trabalho n° 9883 série 110 contendo 15 páginas, uma carteira de trabalho sem a possibilidade de identificar a numeração contendo 26 páginas e uma caderneta de contribuição contendo 34 páginas*”. Data: 25/03/2015. **Sem localização informada.** Foi proferida sentença tipo A, em 08/05/2015, e o processo encontra-se, atualmente, aguardando decurso de prazo para interposição de recurso.

Fonte: Apolo – Módulo Consultas e Relatórios - Relatório de material apreendido/acautelado, expedido em 01/06/2015.

→ LIVROS E PASTAS OBRIGATÓRIOS (ART. 147/151 CNCG)

Não há dados a relatar, tendo em vista que a correição é realizada na forma eletrônica, e ainda não foi enviado o relatório da inspeção anual realizada no juízo correicionado (realizada no período 25 a 29 de maio, cf. Edital n° [JFRJ-EDT-2015/00054](#) e a Portaria n° [JFRJ-POR-2015/00271](#), ambos de 08/04/2015).

→ ESPAÇO FÍSICO

Nada foi relatado sobre o espaço físico e instalações do juízo correicionado no Questionário de Autoinspeção.

→ METAS FIXADAS PELO JUÍZO A SEREM ATINGIDAS A PARTIR DA AUTOINSPEÇÃO

De acordo com o questionário de autoinspeção, foram fixadas as seguintes metas pelo Juízo correicionado:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

- “i) 3 meses: julgar todos os processos distribuídos até 31/12/2013;*
- ii) 6 meses: julgar todos os processos distribuídos até 31/07/2014;*
- iii) 1 ano: julgar todos os processos distribuídos até 31/12/2014.”*

Fonte: Questionário de autoinspeção, item 4.2

RELATÓRIO FINAL ELABORADO POR:
Marcia Fernandes Borges, Mat. n.º 15.548.